



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

DECISÃO DE RECURSO PELO PREGOEIRO

Processo: 50300.012787/2022-60

Licitação: Pregão Eletrônico nº 10/2023

Assunto: Análise de recurso interposto

Recorrente: Moreira e Abreu Ambientes Inteligentes Ltda

Recorridas: 3D Projetos e Assessoria em Informática Ltda e Romma Projetos Ltda

O Pregoeiro da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq, no exercício das suas atribuições regimentais designada pela Portaria de Pessoal DG Antaq nº 25/2023 (SEI 2025750) e de acordo com a Lei nº 14.133/2021, apresenta, para os fins administrativos a que se destinam suas considerações e decisões acerca do Recurso Administrativo Eletrônico interposto pela empresa Moreira e Abreu Ambientes Inteligentes Ltda, inscrita no CNPJ nº 22.026.802/0001-03, doravante denominada Recorrente, em relação à classificação e habilitação das empresas Romma Projetos Ltda, inscrita no CNPJ nº 51.918.318/0001-97 (Item 01) e 3D Projetos e Assessoria em Informática Ltda, inscrita no CNPJ nº 07.766.048/0002-35 (Item 03), doravante denominada Recorridas.

1. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

- 1.1. Trata-se de análise de recurso interposto no pregão Eletrônico/ANTAQ Nº 10/2023, que visa a aquisição de câmeras e equipamentos de tecnologia IP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos (SEI 2041963).
- 1.2. A abertura do certame ocorreu no dia 11/10/2023 às 9h30, com a participação das empresas constantes na Lista de Classificação (SEI 2056468).
- 1.3. Terminada a fase de lances, após análise das propostas de preço e dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas Romma Projetos Ltda, inscrita no CNPJ nº 51.918.318/0001-97 (Item 01) e 3D Projetos e Assessoria em Informática Ltda, inscrita no CNPJ nº 07.766.048/0002-35 (Item 03), as mesmas foram declaradas vencedoras para os referidos grupos e item.
- 1.4. No entanto, após divulgado o resultado do certame pelo Pregoeiro, a empresa Moreira e Abreu Ambientes Inteligentes Ltda, inscrita no CNPJ nº 22.026.802/0001-03, tempestivamente, registraram no Sistema Comprasnet intenção de recurso, conforme consta nos autos, a qual foram aceitas, sendo assegurado a todos os licitantes interessados vista dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses, em cumprimento às disposições legais que regulamentam a matéria.
- 1.5. Ato contínuo, foi dada ciência aos interessados dos prazos estabelecidos para apresentação das razões e contrarrazão, quais sejam:
 - a) Recurso: 07/11/2023;
 - b) Contrarrazão: 10/11/2023; e
 - c) Decisão: 27/11/2023
- 1.6. No que se referem aos recursos, as peças foram encaminhada, tempestivamente, via sistema, nos termos da legislação em vigor e juntado aos autos:
 - a) Recurso Moreira e Abreu Ambientes Inteligentes Ltda (SEI 2090065 e 2090000)
- 1.7. Já no que diz respeito às contrarrazões referente ao item 03, a empresa Recorrida anexou, tempestivamente, ao sistema comprasnet:
 - a) Contrarrazões 3D Projetos e Assessoria em Informática Ltda (SEI 2090003).
- 1.8. A Recorrida, Romma Projetos Ltda, não apresentou suas contrarrazões em tempo hábil.
- 1.9. Diante do exposto, passa-se à análise das peças.

2. DA ANÁLISE DO JUÍZO DE RETRATAÇÃO

2.1. Em seus recursos e em suas contrarrazões, a Recorrente e a Recorrida alegam o que segue abaixo:

2.1.1. SÍNTESE DOS ARGUMENTOS DA EMPRESA RECORRENTE - MOREIRA E ABREU AMBIENTES INTELIGENTES LTDA (ITEM 01)

2.1.1.1. Em seu recurso, a Recorrente, em síntese, alega o que segue:

III – ITEM 1. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO. REVOGAÇÃO DO ATO QUE ACEITOU A PROPOSTA DA EMPRESA ROMMA.

1. Conforme se verifica no Termo de Julgamento, a licitante Romma Projetos foi convocada às 11:34:00 para enviar anexos para o Item 1 (proposta adequada ao último lance ofertado, acompanhada de documentos complementares); às 14:28:29 teve sua proposta aceita e às 14:41:01 foi habilitada.
2. Contudo, conforme se verifica no sistema, o único documento apresentado pela licitante foi a proposta, não havendo registro de envio dos documentos de habilitação, nos termos do item 4.1 do Edital, que estabelece que a fase de habilitação sucederia as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
3. Tais documentos são imprescindíveis para demonstrar a capacidade (jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira) do licitante de realizar o objeto da licitação, e sua exigência obedece os termos dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133/2021 e não podem ser dispensadas.
4. Destaca-se que não há no Termo de Julgamento qualquer registro feito pela Romma mencionando eventual dificuldade de anexar a documentação habilitatória, tampouco o pedido de envio por e-mail (que inclusive, se houvesse sido realizado, teria culminado na disponibilização dos arquivos no sistema - o que não ocorreu).

2.1.1.2. Finaliza requerendo a revisão da decisão que habilitou a recorrida, pelas razões expostas em sua peça.

2.1.2. **SÍNTESE DOS ARGUMENTOS DA EMPRESA RECORRENTE - MOREIRA E ABREU AMBIENTES INTELIGENTES LTDA (ITEM 03)**

2.1.2.1. A Recorrente, em linhas gerais, argumenta que:

- III – ITEM 3. EQUIPAMENTO ACEITO POSSUI CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE INFERIORES AO ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.
- a. Ângulo de visão horizontal Modelo 3230: 107º Modelo 1130: 45º (SENDO QUE O ITEM 3.4.12.3. DO TR PEDE 82º)
 - b. Balanço de branco Modelo 3230: Automático / Natural / Externo / Exterior / Manual / Personalizado Modelo 1130: Automático / Manual (SENDO QUE O ITEM 3.4.7 DO TR PEDE AUTO / NATURAL / EXTERNO AUTOMÁTICO / EXTERIOR/ MANUAL /PERSONALIZADO)
 - c. Tensão Modelo 3230: 12Vdc Modelo 1130: 13Vdc (SENDO QUE O ITEM 3.4.15.8 DO TR PEDE 12VDC)
 - d. Compressão de vídeo: Modelo 3230: H.264 H.264B, H.265, MJPEG Modelo 1130: Não (SENDO QUE O ITEM 3.4.13.2. DO TR PEDE H.264/ H.264B/ H.264H/ H.265/ MJPEG)
 - e. Tecnologia Starlight : (sensor avançado, capaz de captar mais luz do ambiente e entregar imagens noturnas coloridas) Modelo 3230: Sim Modelo 1130: Não
 - f. Linhas horizontais (quanto maior o número, maior a resolução) Modelo 3230: 1920H Modelo 1130: 1280H
 - g. Resolução real : Modelo 3230: Full HD (1080p) Modelo 1130: HD (720p).
 - h. Ângulo de visão vertical Modelo 3230: 56º Modelo 1130: 45º
 - i. Sensibilidade (luminosidade mínima para que a câmera possa gravar sem que a imagem seja prejudicada) Modelo 3230: 0,005 lux Modelo 1130: 0,1 lux
 - j. Cerca Virtual (permite definir um perímetro para que, caso alguém tente ultrapassá-lo, o alarme será imediatamente acionado) Modelo 3230: Sim Modelo 1130: Não
 - k. Linha Virtual (permite definir uma linha para que, caso alguém tente ultrapassá-la, o alarme será imediatamente acionado) Modelo 3230: Sim Modelo 1130: Não
 - l. Protocolos suportados Modelo 3230: 82.1x, ARP, Bonjour, DDNS, DHCP, DNS, FTP, HTTP, HTTPS, ICMP, IGMP, Intelbras-1, IPv4, IPv6, Multicast, NTP, Onvif (S e T), PPPoE, QoS, RTCP, RTMP, RTP, RTSP, SMTP, TCP, UDP, UPnP Modelo 1130: TCP-IP, UDP, IPv4, IPv6, DHCP, ARP, ICMP, DNS, DDNS, RTSP, RTCP, HTTPS, HTTP, Filtro IP, SMTP, SSL, TLS, IGMP, Multicast, FTP, NTP, RTP, Onvif, Intelbras Cloud, RTMP e Intelbras-1.
 - m. Throughput máximo (volume médio de dados que podem passar pela rede em um período específico) Modelo 3230: 62 Mbps Modelo 1130: 24Mbps
 - n. Armazenamento Modelo 3230: Cartão micro-SD de até 256 GB e FTP Modelo 1130: Não
4. Com relação à lente, cumpre esclarecer que a lente de 3.6mm proporciona MENOR ÂNGULO DE VISÃO que a lente de 2.8mm, e por isso o Modelo 3230 só é fabricado com a lente de 2.8mm, uma vez que projetos intermediários (Série 3000 da Intelbras) requerem maior ângulo de visão, em detrimento de proximidade.
5. Foi por tal razão que o Termo de Referência foi expresso em especificar o Modelo 3230, e aceitar equipamento de qualidade inferior às suas especificações significa frustrar o objetivo da licitação, uma vez que não alcança a melhor proposta, de modo a suprir as necessidades da Administração, e ainda viola o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.
6. Pelo Princípio da Eventualidade, a Recorrente registra que, caso a ANTAQ deseje manter a lente das câmeras em 3.66mm (mesmo sabendo que ela proporciona menor ângulo de visão que a lente de 2.88mm), deverá cancelar e proceder à republicação do Item 3, pois ao indicar o modelo 3230 no Edital, a ANTAQ induziu os licitantes a erro, uma vez que tal modelo NÃO é fabricado com lentes de 3.66mm (apenas com lentes de 2.88mm).
7. Para comprovar que a especificação do Edital não corresponde à especificação do mercado, a Recorrente anexa informações extraídas do site da Intelbras (<https://www.intelbras.com/pt-br/seguranca-eletronica/cameras/cameras-ip>), comprovando que todas as três câmeras Modelo 3230 (3230 B SL, 3230 B SL G2 e 3230 B SL G3) são fabricadas com lentes de 2.8mm.
8. Assim, o Edital não poderia ter referenciado o Modelo 3230 se desejava adquirir lentes de 3.6mm (que inclusive proporcionam menor ângulo de visão), sob pena de induzir as licitantes a erro e assim violar os Princípios da Isonomia e da Competitividade.

2.1.2.2. Finaliza requerendo a revisão da decisão que aceitou a proposta da recorrida, pelas razões expostas em sua peça.

3. **DAS CONTRARRAÇÕES**

3.1. Estando a licitação em andamento, este Pregoeiro reconheceu, por ser tempestivo, o recurso interposto pela licitante, por meio do COMPRASNET, tendo a empresa 3D Projetos e Assessoria em Informática Ltda, apresentado suas argumentações contra as razões expostas pela recorrente, *in verbis*:

3.1.1. **SÍNTESE DOS ARGUMENTOS DA EMPRESA RECORRIDA X MOREIRA E ABREU AMBIENTES INTELIGENTES LTDA (ITEM 03)**

3.1.1.1. No que tange ao recurso apresentado pela empresa Reflex, a recorrida menciona em seu documento que:

1. Em apertada síntese, trata-se de certame licitatório promovido pela AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – ANTAQ/DF, na modalidade Pregão, forma Eletrônica, tipo/critério de julgamento “Menor Preço”, cujo objeto “Aquisição de Câmeras e equipamentos de tecnologia IP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.”
2. No entanto, apesar de a adequação às exigências editalícias e a vantajosidade da proposta da Contrarrazoante serem evidentes e incontestáveis, ainda assim, a licitante MOREIRA E ABREU AMBIENTES INTELIGENTES LTDA., teve a audácia de interpor Recurso Administrativo que ora se vergasta, por espreque em nada mais que simples inconformismo quanto a regular arrematação do item 01 pela Contrarrazoante.

3. Todavia, Ilustre Pregoeiro, a irresignação da Recorrente não merece nada além do que pronto afastamento, vez que, tal como dito, eles se valem do jus sperniandi, por mero inconformismo com a vitória da Contrarrazoante, para interpor Recurso Administrativo desprovido de qualquer fundamento efetivo, e com caráter manifestamente protelatório.
4. A empresa MOREIRA E ABREU AMBIENTES INTELIGENTES LTDA., em suas razões recursais alega a Contrarrazoante não atende as especificações do objeto contidas no Termo de Referência.
5. Nobre Pregoeiro, a Recorrente faz um comparativo do equipamento modelo VIP 3230 com o equipamento fornecido pela Contrarrazoante e deixa de se atentar as características e especificações constantes no Termo Referência.
6. No item 03 "descrição da solução" consta as características técnicas do equipamento licitado, o equipamento ofertado pela Contrarrazoante é o modelo VIP 1130BG4 que é totalmente compatível para com o descritivo constante no Termo de Referência.
7. Sendo assim, Vossa Senhoria não deve se ater a rigorismos formais (indicação de modelo referencia) para que assim possa buscar a proposta mais vantajosa e que possua capacidade técnica de atender as necessidades do órgão.
8. Nesse sentido, Ilustre Pregoeiro, muito provavelmente Vossa Senhoria já tem ciência que o princípio do formalismo moderado constitui baliza norteadora da Administração Pública, de forma a esta não se ater a rigorismos formais exacerbados ao considerar as manifestações dos administrados/licitantes no âmbito dos procedimentos pertinentes às contratações públicas.
9. Tal princípio é um dos princípios que orientam a aplicação da Lei nº 14.133/21, também conhecida como a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Esse princípio estabelece que a Administração Pública deve observar as formalidades necessárias para a validade do procedimento licitatório e do contrato, mas sem exagerar na rigidez dos formalismos, de modo a não prejudicar a efetividade da contratação.
10. O formalismo moderado é importante porque busca equilibrar a necessidade de proteção do interesse público e a efetividade do procedimento licitatório, sem tornar o processo demasiadamente burocrático e ineficiente. Para tanto, a Lei de Licitações prevê diversas formalidades que devem ser observadas, como a publicidade do edital, a obrigatoriedade de julgamento objetivo e a observância dos prazos legais.
11. Em relação à doutrina, pode-se citar a obra de Marçal Justen Filho, um dos principais juristas brasileiros especializados em licitações e contratos administrativos. Em seu livro "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", o autor destaca a importância do formalismo moderado para evitar a excessiva rigidez nos procedimentos, sem deixar de proteger o interesse público.
12. Já em relação à jurisprudência, um exemplo interessante é o julgamento do Recurso Especial nº 1.163.296/RS, pelo Superior Tribunal de Justiça. Nesse caso, a Corte reconheceu a possibilidade de se flexibilizar as formalidades previstas na Lei de Licitações, desde que seja observado o princípio da razoabilidade e desde que não haja prejuízo à competitividade do certame. A decisão reforça a ideia de que o formalismo moderado é um princípio que deve ser aplicado de forma flexível e adaptada à realidade de cada caso concreto, de modo a garantir a efetividade do procedimento licitatório.
13. Eventual descarte da proposta da Contrarrazoante nos moldes do que propõe o Recorrente, consubstanciaria manifesto excesso de rigor e formalismo que, além de arbitrário, atenta não apenas contra o ideal de economicidade e o princípio da seleção da proposta mais vantajosa, que devem pautar o presente certame, como, também, o princípio da razoabilidade, nos moldes do reconhecido pela farta jurisprudência em âmbito judicial e do Egrégio Tribunal de Contas da União (TCU).
14. Como dito, frequentes as decisões do Tribunal de Contas da União que prestigiam a adoção do princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de imbrólios simples ao longo do procedimento licitatório. Resumidamente, o formalismo moderado se relaciona à ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos da busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, da garantia da isonomia e da promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
15. Note, Ilustre Pregoeiro, que sua utilização não significa desmerecimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou negativa da impossibilidade de a Administração Pública descumprir as normas e condições do Edital. Trata-se de solução a ser tomada pelo intérprete a partir do aparente conflito dos aludidos princípios para com os princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa. O princípio do formalismo moderado HARMONIZA esses quatro outros princípios.
- "Diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios." (TCU, Acórdão n.º 119/2016 – Plenário)
16. Ao contrário do que ocorre com as regras/normas, os princípios não são incompatíveis entre si. Diante de um conflito de princípios, a título ilustrativo, o conflito entre os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e o princípio da obtenção da proposta mais vantajosa, a adoção de um princípio no caso concreto não provoca a aniquilação do outro, senão vejamos:
- "Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas." (TCU, Acórdão n.º 2302/2012 – Plenário) "A proibição de descumprimento das normas e do edital por parte da Administração Pública, deve se dar mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa." (Acórdão n.º 8482/2013 – 1ª Câmara).
17. Nessas hipóteses, a análise deve considerar o escopo (significação) que cada princípio assume no caso concreto, e concretizar um exercício de ponderação, a fim de determinar a melhor solução de harmonização no caso concreto, sem perder de vista os aspectos normativos. Por esse motivo, as soluções não respeitam fórmulas prontas, podendo variar de um caso para outro e de acordo com as circunstâncias práticas. Vale lembrar que a licitação não representa um fim em si mesmo, mas um meio que busca o atendimento das necessidades públicas. Nas palavras do professor Adilson Dallari: "a licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de Edital".
18. Assim, resta cabalmente demonstrado, e é inconteste, o fato de que a proposta da Contrarrazoante é a mais vantajosa para o AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – ANTAQ/DF, não apenas por conta do aspecto qualitativo-financeiro, mas também porque atende as disposições editalícias de maneira satisfatória, em absoluto prestígio não apenas aos princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa.
19. Restando cabalmente comprovado que tanto o produto ofertado pela Contrarrazoante, quanto a proposta desta em si e, ainda, seus documentos de habilitação, atendem os requisitos e exigências do instrumento convocatório de maneira satisfatória, não faltam motivos de fato e de direito para que Vossa Senhoria pondere vosso decurso de forma a prestigiar os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da seleção da proposta mais vantajosa, reforçando, pois, a assertividade da arrematação do Item 03 à Contrarrazoante.
20. Neste ponto, por mais desnecessário que seja, ante toda a questão fática minuciosamente exposta acima, a Contrarrazoante traz à luz, até com findas a dar-lhe ainda mais confiança, segurança e tranquilidade em manter vigente a irretocável decisão injustamente Contrarrazoante, alguns dispositivos legais e doutrinários.
21. Conforme disposto no artigo 37 da Constituição Federal, colacionado a seguir, sabe-se que os procedimentos de natureza administrativa devem obedecer, de forma integral, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:"
22. Os preceitos básicos devidamente observados e respeitados pela Contrarrazoante e por Vossa Senhoria na esmerada condução dos trabalhos relativos ao presente certame também estão previstos no artigo 3º da lei supracitada, que dispõe, in verbis: "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da

impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

23. Há que se destacar, ainda, o previsto no artigo 4º da mesma Lei, que preconiza: “Todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou entidades a que se refere o art. 1º têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido nesta lei.”

24. Outrossim, postas as razões de direito delineada in supra, e diante de todas as questões de fato salientadas, tem-se por inconteste que todos os argumentos da Recorrente não traduzem-se em outra coisa que não em inconformismo sem qualquer respaldo em fatos e/ou normas.

25. Considerando que os valores da proposta da Contrarrazoante para o Item 03 são os mais convenientes, e que as características técnicas e qualidade do equipamento ofertado para o certame atendem a integralidade das exigências constantes no Edital, a manutenção da arrematação e adjudicação do Item 03 em nome da Contrarrazoante constitui vantagem, conforme exaurido in supra.

26. Sem mais delongas, firme nas suficientes razões de fato e de direito delineadas in supra, a Contrarrazoante roga o que se segue.

4. DA ANÁLISE DA ÁREA TÉCNICA

4.1. Inicialmente, cabe informar, que o recurso apresentado, pela Recorrida, referente ao item 01, não fora encaminhado para análise da área técnica, uma vez que o tema não respeita ao termo de referência e assim a procedimentos adotados no decorrer do certame, que será respondido por este Pregoeiro.

4.2. Já o recurso apresentado apresentado pela Recorrida, referente ao item 03, bem como as contrarrazões foram submetidos à análise da área técnica, que em confronto com a legislação vigente e com as doutrinas e jurisprudências correlatas, assim manifestou-se (SEI 2091073):

4.2.1. Quanto ao recurso da empresa MOREIRA E ABREU AMBIENTES INTELIGENTES LTDA (ITEM 03)

[...]

DA ANÁLISE DO RECURSO

4. Após análise das razões apresentadas no recurso, constato que a recorrente levanta questionamentos em relação ao EQUIPAMENTO ACEITO, alegando que suas características de qualidade são inferiores ao especificado no Termo de Referência.

4.1. A centralidade das descrições técnicas no Termo de Referência em processos licitatórios é de importância crucial para assegurar transparência, competitividade e eficácia na contratação pública. Em especial, ao examinar o item 3.4 - Descrições do item 3 - CÂMERA BULLET IP, torna-se patente que a precisão, clareza e detalhamento presentes nesse item estabelecem as descrições técnicas mínimas a serem aceitas. Estas descrições atendem adequadamente à finalidade do objeto a ser contratado.

4.2. Com base nas especificações técnicas, é possível afirmar com clareza que, independentemente do modelo ou marca, as características técnicas estabelecidas devem ser integralmente atendidas. A utilização de uma marca de referência ou modelo específico não implica em restringir a escolha do objeto licitado a apenas um modelo disponível no mercado. Assim sendo, as características que determinam se o objeto atende ou não às qualificações técnicas estão intrinsecamente interligadas com as descrições contidas no item 3.4 do Termo de Referência. Essas descrições, notadamente relacionadas à lente, ângulo de visão e demais informações pertinentes, desempenham um papel crucial na avaliação da aceitabilidade da proposta. Destaca-se que a conformidade com tais requisitos técnicos é fundamental para assegurar a aderência do objeto ofertado às necessidades específicas estabelecidas no processo licitatório, contribuindo para a transparência, competitividade e eficácia do procedimento em questão. Nesse contexto, as descrições detalhadas delineiam claramente o escopo das características mínimas que devem ser atendidas, possibilitando a aceitação de propostas que estejam em conformidade com, ou que superem, a descrição técnica fornecida. Essa abordagem visa garantir a flexibilidade necessária na seleção do objeto licitado, promovendo a competição saudável e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

5. Os entendimentos emanados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) devem ser devidamente considerados na análise da proposta mais vantajosa em processos licitatórios. A jurisprudência do TCU é de grande relevância para orientar a correta interpretação e aplicação das normas e princípios que regem as contratações públicas:

5.1. *"Permite-se menção a marca de referência no edital, como forma ou parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto, caso em que se deve necessariamente acrescentar expressões do tipo "ou equivalente", "ou similar", "ou de melhor qualidade", podendo a Administração exigir que a empresa participante do certame demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a marca de referência mencionada." (Acórdão 808/2019-Plenário)*

5.2. *"Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas." (TCU, Acórdão n.º 2302/2012 – Plenário) "A proibição de descumprimento das normas e do edital por parte da Administração Pública, deve se dar mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa." (Acórdão n.º 8482/2013 – 1ª Câmara).*

6. Dos questionamentos a respeito do equipamento descrito no item 3.4. Descrições do item 3 - CAMERA BULLET IP do Termo de Referência:

6.1. A empresa alega que o ângulo de visão horizontal dos modelos 3230 e 1130 é respectivamente 107º e 45º, enquanto o item 3.4.12.3. do Termo de Referência (TR) especifica um ângulo de 82º. Contudo, vale salientar que tal informação está equivocada, uma vez que o ângulo de visão horizontal do modelo 1130 ofertado na proposta aceita é de Horizontal: 82º e Vertical: 45º, atendendo assim aos padrões mínimos de aceitabilidade estabelecidos no Termo de Referência.

6.2. Em relação à escolha da lente efetuada pela área técnica para funções específicas, é pertinente destacar que é de conhecimento geral a principal diferença entre as lentes, a saber, o ângulo de abertura. A lente de 3.6mm proporciona maior proximidade, porém, apresenta um ângulo de visão menor. Por outro lado, a lente de 2.8mm oferece um maior ângulo de visão, mas com menor proximidade. Para a finalidade de utilização das câmeras, é preconizado que a escolha recaia sobre a lente que proporciona maior proximidade. Essa decisão fundamenta-se na necessidade de ampliar a capacidade de captura de detalhes e, consequentemente, potencializar a eficácia das câmeras para os propósitos específicos aos quais estão designadas. Ao considerar tais aspectos técnicos na seleção da lente, busca-se otimizar a performance das câmeras de modo a atender adequadamente aos requisitos e finalidades delineados, garantindo, assim, a efetiva consecução dos objetivos estabelecidos para o sistema de monitoramento em questão.

6.3. É crucial ressaltar que a empresa alega que o modelo 3230 teria induzido as licitantes a erro, argumentando que *"tal modelo, em nenhuma de suas três versões, é fabricado com lentes de 3.6 mm, mas apenas com lentes de 2.88mm"*. Contudo, é válido observar que o modelo presente no mercado, pertencente à categoria 3230 na variação Bullet G6, de fato, apresenta uma lente de 3,6 mm. Além disso, a categoria 3230 B G7 também exibe uma lente de 3,6 mm. Ambas as variações demonstram que a informação de que não existe no mercado uma lente compatível com a solicitada no certame encontra-se equivocada.

6.4. No que concerne às informações técnicas relativas à tensão e compressão de vídeo, procedeu-se à comparação das especificações fornecidas na proposta com aquelas descritas no Termo de Referência. Após minuciosa análise, é perceptível que as especificações estão em conformidade, sendo evidente a inexistência de correspondência incorreta. Especificamente, realizou-se a comparação dos itens 3.4.15.8 e 3.4.13.2 do Termo de Referência, destacando-se a compatibilidade das descrições técnicas solicitadas. Importa ressaltar que é prerrogativa da administração aceitar a proposta mais vantajosa, podendo esta apresentar as mesmas especificações ou especificações superiores.

7. Em relação aos modelos apresentados no recurso, é crucial enfatizar que não há espaço para a consideração de propostas que não atendam a padrões mínimos estabelecidos. Neste caso, é imperativo salientar que o catálogo técnico da proposta em questão está integralmente em conformidade com as descrições detalhadas no Termo de Referência. Essa abordagem, que contempla a aceitação de modelos que atendam ou superem as especificações técnicas estabelecidas, visa promover a competição e garantir que a Administração Pública receba propostas que atendam aos requisitos de qualidade e desempenho necessários para o pleno alcance dos objetivos da contratação pública. Ao manter essa flexibilidade, busca-se assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração, alinhando-se aos princípios de eficiência e economicidade.

8. Expomos ainda, as palavras do ilustre doutrinador Marçal Justen Filho: *"Todas as exigências são o meio de verificar se o licitante cumpre os requisitos de idoneidade e se sua proposta é satisfatória e vantajosa. Portanto, deve-se aceitar a conduta do sujeito que evidencie o preenchimento das exigências legais, ainda quando não seja a estrita regulamentação imposta originariamente na lei ou no edital. Na medida do possível, deve promover, mesmo de ofício, o suprimento de defeitos de menor monta. Não se deve conceber que toda e qualquer divergência entre o texto da lei ou do edital conduz à invalidade, à inabilitação ou à desclassificação"*.

8.1. Neste sentido, manifesta-se o Acórdão no 366/2007-TCU Plenário. *"Sem embargo, as normas disciplinadoras da licitação devem sempre ser interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação"*.

9. Diante do exposto acima, a área técnica conclui que a proposta da empresa 3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA LTDA., devidamente qualificada nos autos do certame, atende integralmente aos requisitos estabelecidos no item 3.4 do Termo de Referência. Não há fundamentos para considerar o objeto da proposta como de qualificação inferior, visto que as descrições técnico-especificadas encontram-se devidamente atendidas no catálogo técnico apresentado pela empresa. Essa análise reforça a conformidade da proposta com as exigências estabelecidas no Termo de Referência, respaldando a conclusão de que a empresa em questão está apta a atender às necessidades e especificações técnicas do objeto licitado. Tal entendimento contribui para uma avaliação precisa e justa das propostas, alinhada aos princípios de transparência e eficácia inerentes aos processos licitatórios.

10. Cabe ressaltar que esta coordenadoria, após a entrega dos objetos adquiridos, realiza regularmente testagens e verificações para garantir a conformidade com as descrições técnicas estabelecidas ao longo de todo o curso do processo. Essa prática reforça o compromisso com a qualidade e a aderência às especificações técnicas, assegurando que os itens adquiridos atendam plenamente aos requisitos estipulados no Termo de Referência. A condução de testes e verificações pós-entrega demonstra o zelo da coordenadoria em assegurar a efetiva correspondência entre o que foi contratado e o que foi recebido. Essa abordagem contribui para a eficiência na gestão dos contratos públicos, fortalecendo a fiscalização e garantindo a entrega de produtos ou serviços que atendam aos padrões de qualidade estabelecidos.

[...]

5. DO ENTENDIMENTO DO PREGOEIRO

5.1. Com base nos princípios da Administração Pública em matéria de licitações e contratos, passa-se a análise do conteúdo dos recursos interpostos.

5.2. Preliminarmente cumpre informar que, a vinculação ao edital é um dos princípios norteadores da licitação, estando contido no art. 5º, da Lei nº 14.133/21, e é a garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos.

5.3. Passa-se agora à análise do teor do recurso e das contrarrazões.

5.4. SÍNTESE DOS ARGUMENTOS DA EMPRESA RECORRENTE - MOREIRA E ABREU AMBIENTES INTELIGENTES LTDA (ITEM 01)

5.4.1. É sabido que transcorrida a fase recursal, o Pregoeiro tem a oportunidade de fazer um julgamento prévio de admissibilidade e, nesta mesma ocasião, poderá exercer o juízo de retratação, modificando, se for o caso, seu julgamento.

5.4.2. É imprescindível ressaltar que todos os julgamentos da administração pública estão embasados nos princípios apontados no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, conforme segue:

"Art. 5º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." (Grifo Nosso)

5.4.3. Assim, conforme Art. 2º, da Lei 9.784/1999 "[...] A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência".

5.4.4. Faz-se mister destacar que é indiscutível que o Gestor Público tem o dever de avaliar o conjunto de concorrentes, evitando-se, de toda forma, inabilitações e/ou desclassificações precipitadas. Assim, espera-se que ao a avaliação da documentação disponibilizada seja realizada de forma cautelosa, já que lida com recursos públicos, a fim de que seja mitigado o risco de levar a cabo exclusões sumárias e desarrazoadas.

5.4.5. Segundo Carvalho Filho *"Conveniência e oportunidade são os elementos nucleares do poder discricionário. A primeira indica em que condições vai se conduzir o agente; a segunda diz respeito ao momento em que a atividade deve ser produzida."* Registre-se, porém, que essa liberdade de escolha tem que se conformar com o fim colimado na lei, pena de não ser atendido o objetivo público da ação administrativa.

5.4.6. Desse modo, preconiza o princípio da autotutela que a Administração Pública tem o poder de examinar os seus atos, devendo, se necessário, anulá-los se for verificada ilegalidade, como também revogá-los na medida em que forem inconvenientes e inoportunos, de modo que o objetivo público seja plenamente atendido por meio da ação administrativa. Assim, a despeito da realização da avaliação documental cautelosa, não se pode dizer, contudo, que eventuais falhas não possam ocorrer na validação documental, as quais, uma vez identificadas, devem ser sanadas e corrigidas, a fim de que objetivo final da licitação possa ser plenamente alcançado.

5.4.7. Deve-se destacar que em observância ao Art. 5º da Lei 14.133/2021, deve o administrador público observar o instrumento vinculatório para proferir as suas decisões.

5.4.8. Segundo Meirelles, o edital "[...] é lei interna da licitação e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu"

5.4.9. Já Furtado define que:

A primeira observação que devemos apresentar é a de que o instrumento convocatório – que será, conforme a modalidade, de licitação, um edital ou um convite – é não só o guia para o processamento da licitação, como também o parâmetro do futuro contrato, e funciona como a lei

5.4.10. A Recorrente afirmou que a empresa Romma Projetos Ltda não registrou os documentos de habilitação necessários para a comprovação do solicitado no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

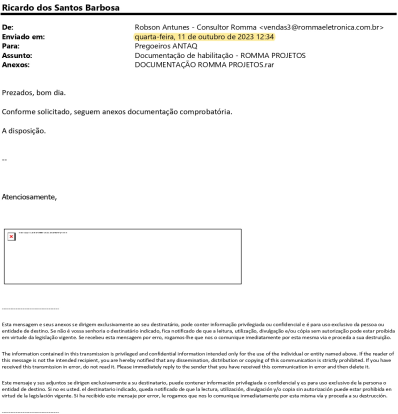
5.4.11. Acontece que, no dia da abertura do certame, após a fase de lances concluídas, o Sistema ComprasNet começou a apresentar instabilidade, contudo, foi possível realizar a convocação das empresas para o envio das documentações e propostas de preços, contudo, o Sistema continuava instável, tendo este Pregoeiro encaminhado a seguinte mensagem via Sistema:

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	11/10/2023 às 11:06:56	Srs. Licitantes, verifiquei que o ComprasNet está passando por instabilidade, assim, caso alguma empresa entenda ser necessário solicitar dilação de prazo para envio da proposta e documentação, peço que o pedido seja feito antes de findar o prazo inicial pelo e-mail pregoeiros@antaq.gov.br. Solicito, ainda, que no pedido seja informado o item.

5.4.12. A Recorrida anexou documento dentro do prazo, conforme pode ser constatado em mensagem enviada pelo Sistema:

Responsável	Data/Hora	Mensagem
pelo participante 51.918.318/0001-97	11/10/2023 11:34:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:34:00 de 11/10/2023. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor ROMMA PROJETOS LTDA, CNPJ 51.918.318/0001-97.

5.4.13. Após anexar o documento no Sistema, a mesma percebeu que havia encaminhado somente a proposta de preços e não a documentação de habilitação, assim, a Recorrida encaminhou a documentação de habilitação para o e-mail que havia sido informado na mensagem acima, conforme pode ser verificado abaixo:



5.4.14. Como pode-se verificar, a Recorrida encaminhou a documentação ainda dentro do prazo para o qual havia sido convocada, conforme pode ser verificado na mensagem constante no Sistema:

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 51.918.318/0001-97	11/10/2023 10:34:42	Sr. Fornecedor ROMMA PROJETOS LTDA, CNPJ 51.918.318/0001-97, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 12:34:00 do dia 11/10/2023. Justificativa: Conforme item 6.22.6 do Edital.

5.4.15. Após concluído o recebimento de todas as documentações e propostas de preços, as mesmo foram encaminhadas para análise da área técnica e a sessão suspensa. A partir deste momento, a Recorrente poderia ter solicitado a qualquer momento a documentação da Recorrida para análise e consequentemente verificado que a mesma fora encaminhada dentro do prazo.

5.4.16. Diante dos fatos apresentados verifica-se que apesar da Recorrida não ter encaminhado a documentação via sistema, pelos motivos já expostos, restou comprovado que a mesma foi encaminhada via e-mail e dentro do prazo estipulado no instrumento convocatório, bem como fora aceita pela área técnica após análise.

5.4.17. Assim, entendo que não há razões para desclassificar a Recorrida, por não haver lastro ou fundamentação legal para as alegações apresentadas pela Recorrente.

5.5. **SÍNTESE DOS ARGUMENTOS DA EMPRESA RECORRENTE – MOREIRA E ABREU AMBIENTES INTELIGENTES LTDA (ITEM 03)**

5.5.1. No que diz respeito a aceitação da proposta de preços da Recorrida referente ao item 03, a Recorrente alega que o equipamento aceito é de qualidade inferior ao especificado no Termo de Referência, Anexo I do Edital, tendo em vista que o documento no item 1.1 menciona um modelo 3230.

5.5.2. A Recorrida por sua vez, alega que o equipamento ofertado atende por completo as especificações contidas no item 3.4 do Termo Referência e que a Recorrente não se atentou a descritivo do item e tão somente ao modelo informado no item 1.1 do documento.

5.5.3. Por sua vez a área técnica informa que o produto ofertado pela Recorrida, atende integralmente aos requisitos estabelecidos no item 3.4 do Termo de Referência e que a Recorrente não apresentou fundamentos de que o produto ofertado seria de qualificação inferior, visto que as descrições técnico-especificadas encontram-se devidamente atendidas no catálogo técnico apresentado pela empresa.

5.5.4. O que se pode verificar do Termo de Referência é que houve erro material, entre a especificação de um modelo e suas características técnica, contudo a empresa apresentou produto conforme especificado.

5.5.5. Ao ler o Edital para participarem do certame, as empresas verificam se o mesmo possui algum vício que possam acarretar a impugnação do mesmo. Caso, as licitantes não apresentem ato impugnatório é porque aceitaram as condições impostas no instrumento convocatório, ou seja, como a Recorrida não apresentou impugnação a mesma então aceitou as condições ali impostas, inclusive quanto as especificações mínimas do produto.

5.5.6. Portanto, entendo, que restou demonstrada a compatibilidade das especificações descritas no presente edital, com as constantes na proposta de preços, não havendo que se falar em inabilitação da empresa vencedora.

5.6. O Edital de licitação é a lei do processo licitatório. A ele vincula-se o todos os participantes do procedimento, como a própria administração.

5.7. Destaca-se, outrossim, que em observância a Lei nº 14.133/2021, quaisquer decisões obedecem, também, aos princípios da razoabilidade, da competitividade e da proporcionalidade, como se vê abaixo:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).

5.8. Diante dos fatos, os presentes recursos não merecem provimento, por não noticiarem razões que violam os princípios que norteiam o procedimento licitatório.

5.9. O art. 37 da Constituição Federal cuida dos princípios relativos à atividade estatal da seguinte forma:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:"

[...]

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mandas as condições efevas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações"

5.10. Nota-se que ao prestigiar os princípios da moralidade, legalidade, igualdade e eficiência, o legislador constitucional originário teve como destinatária a proteção do interesse público, já que todas as contratações realizadas pelo Estado devem ser realizadas mediante as melhores condições de preço, qualidade e eficiência.

5.11. À luz dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, além do direito positivado através da Lei nº 14.133/2021, não resta qualquer dúvida de que a Pessoa Jurídica de Direito Público deverá prestigiar legalidade, moralidade, eficiência e isonomia a todos os certames licitatórios em busca da contratação mais vantajosa ao interesse público.

5.12. No entanto, em que pesem tais considerações, importante ressaltar que para buscar a contratação mais vantajosa ao interesse público, toma-se necessária a segurança atribuída aos habilitantes, vinculando-os ao edital e este ao processo que o antecedeu, conforme o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

5.13. Diz-se por isso que o edital torna-se lei entre as partes, e este, por sua vez, somente é publicado após o devido processo administrativo que o justifica e o autoriza. Deste modo, a regra que se impõe é que a realização da licitação deve ser precedida de um processo administrativo que a justifique e a autorize, somente após deve ser publicado o edital, que não poderá sofrer alterações após a publicação, salvo se assim exigir o interesse público, devendo atentar a todos os esclarecimentos, avisos e informações concedidos pelo Pregoeiro e equipe de apoio.

5.14. Trata-se de garantia à moralidade e impessoalidade administrava, bem como ao primado da segurança jurídica.

5.15. O objetivo do processo licitatório - mesmo no Pregão Eletrônico, em que o critério de julgamento é o MENOR PREÇO - é a busca da proposta mais vantajosa para a Administração, o que impõe ao Administrador Público não apenas a busca pelo menor preço, mas também da certificação de que a contratação atenda ao interesse público.

"Selecionar a proposta mais vantajosa é, a um só tempo, o fim de interesse público que se quer alcançar em toda licitação (sendo amplo) e o resultado que se busca em cada licitação (sendo estrito). Licitação que não instigue a competição, para dela surtir a proposta mais vantajosa, descumpre sua finalidade legal e institucional impondo-se à autoridade competente invalidá-la por vício de ilegalidade..."

5.16. Diante da manifestação apresentada e, considerando a análise da área técnica, entendo que não há razões para desclassificar as empresas Romma Projetos Ltda (Item 01) e 3D Projetos e Assessoria em Informática Ltda (Item 03), corroborando com o posicionamento sustentado, não havendo lastro ou fundamentação legal para as alegações apresentadas pelas Recorrentes.

6. DA DECISÃO

6.1. Nestes termos, após analisar as razões, as contrarrazões, o posicionamento da área técnica e, com amparo no Art. 164, da Lei nº 14.133/2021, este Pregoeiro não encontrou, entre os argumentos apresentados pela recorrente, algum que pudesse prosperar e reconheço a tempestividade dos recursos apresentados, contudo, no mérito, **NEGAR PROVIMENTO** aos recursos interpostos pelas licitantes, pelos motivos acima expostos e **DECIDO** manter a decisão de aceitação e habilitação das licitantes Romma Projetos Ltda (Item 01) e 3D Projetos e Assessoria em Informática Ltda (Item 03).

6.2. Em cumprimento ao art. 71, da Lei nº 14.133/2021, submeto os autos para deliberação da Autoridade Competente desta Agência para análise, consideração e decisão dos recursos administrativos em pauta, **ADJUDICAÇÃO** e **HOMOLOGAÇÃO** deste Pregão.

RICARDO DOS SANTOS BARBOSA

Pregoeiro

1. Considerando o presente teor acima e, com fundamento no disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021, **MANTENHO** a decisão do Pregoeiro, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o procedimento licitatório.
2. Restituam-se os autos a Coordenadoria de Compras, para instrução processual necessária ao deslinde do feito.

ALFREDO MURILLO GAMEIRO DE SOUZA

Superintendente de Administração e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo dos Santos Barbosa, Pregoeiro**, em 27/11/2023, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Murillo Gameiro de Souza, Superintendente de Administração e Finanças**, em 27/11/2023, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **2095389** e o código CRC **142981DD**.